



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 103ª
(CENTÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.

Informo aos Deputados e à segurança da Casa, a Polícia Legislativa, que ontem foi feita a questão de ordem do Deputado Raad Massouh para que fosse incluído o Projeto de Lei nº 559 na Ordem do Dia. Ele foi incluído, mas não há acordo, por parte do Colégio de Líderes, para a sua votação. Ele somente foi incluído na Ordem do Dia.

Como os Líderes já foram consultados e não há acordo para a sua votação, esse projeto não será votado hoje. Informo aos Deputados, à imprensa e à Polícia Legislativa que o Projeto de Lei nº 559 não será apreciado no dia de hoje.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 102ª Sessão Ordinária, de 9 de novembro de 2011;
- Ata da 35ª Sessão Extraordinária, de 9 de novembro de 2011.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	3



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 10 / 11 / 2011

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2011/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC		X	
AYLTON GOMES	PR		X	
BENEDITO DOMINGOS	PP	X		
BENÍCIO TAVARES	PMDB		X	
CELINA LEÃO	PMN	X		
CHICO LEITE	PT	X		
CHICO VIGILANTE	PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X	
DOUTOR CHARLES	PTB		X	
DR. MICHEL	PSL		X	
ELIANA PEDROSA	DEM		X	
EVANDRO GARLA	PRB	X		
JOE VALLE	PSB	X		
LILIANE RORIZ	PRTB		X	
LUZIA DE PAULA	PPS	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X		
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT		X	
RAAD MASSHOU	DEM	X		
REJANE PITANGA	PT	X		
RÔNEY NEMER	PMDB		X	
WASHINGTON MESQUITA	PSDB		X	
WASNY DE ROURE	PT	X		
WELLINGTON LUIZ	PSC		X	
PATRÍCIO	PT	X		
TOTAL		12	12	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Constata-se que há, em plenário, 12 parlamentares Há *quorum* para deliberação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Passa-se aos

Comunicados de Líderes

Esta Presidência lembra aos Parlamentares que depois dos Comunicados de Líderes e de Parlamentares, iniciaremos a votação pelos projetos de autoria dos Deputados para, depois, apreciarmos os projetos do Executivo.

Lembro também que o Projeto de Lei nº 559 não será apreciado na data de hoje.

DEPUTADA REJANE PITANGA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão, na pauta, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, referente a título de Cidadão Honorário de Brasília. S.Exa. realizará, juntamente comigo, uma sessão em homenagem ao Dia da Consciência Negra e entregará o título na referida data.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a questão de ordem de V.Exa. e solicita à Assessoria de Plenário que faça a inclusão deste item extrapauta na Ordem do Dia, em função, inclusive, de o Deputado Cláudio Abrantes se encontrar na assembleia dos policiais civis, na Praça do Buriti.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu havia pedido, até em um debate acalorado com o Deputado Rôney Nemer, que o Projeto de Lei nº 559 passasse em todos os trâmites regimentais, e parece que o Deputado Raad Massouh – eu não estava aqui ontem – fez uma questão de ordem na qual solicitou que o referido projeto fosse incluído hoje, na Ordem do Dia.

A pauta está travada por vetos, mas acredito que o projeto tem condição de passar pela Comissão de Constituição e Justiça, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Então, peço a V.Exa. a retirada de pauta, para que o projeto tramite naturalmente como todos os outros, até porque isso foi um acordo, para que eu tirasse o mandado de segurança parlamentar. É um pedido que eu faço a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok. Na verdade, o Deputado Raad Massouh solicitou ontem, na sessão extraordinária, depois da votação dos projetos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

que fosse incluído o Projeto de Lei nº 559 na Ordem do Dia. Esta Presidência acatou o pedido e o incluiu na Ordem do Dia. Nós temos dezenove vetos obstruindo a pauta. Então, é preciso acordo do Colégio de Líderes para votar qualquer projeto, seja de Parlamentar ou do Executivo, projeto de lei, projeto de lei complementar, projeto de decreto legislativo, requerimento, moção – qualquer votação. O Colégio de Líderes se reuniu na última terça-feira, fez o acordo de um calendário de votação durante a semana, e nós vamos continuar com esse acordo feito.

Quanto ao Projeto de Lei nº 559, que V.Exa. apresenta a questão de passar pelas comissões, o Regimento Interno da Câmara Legislativa e a Lei Orgânica do Distrito Federal são muito tranquilos. Se passar por todas as comissões – é o que a Presidência e a Mesa Diretora têm defendido – para que venha a plenário, não há nenhum problema, mas se houver um acordo de líderes para que venha ao plenário sem passar pelas comissões, não há impedimento, porque é regimental, que seja dado o parecer no plenário. Então, esta Presidência acatou a solicitação de colocar o projeto, ontem, na Ordem do Dia. Não vai ser votado hoje porque não há acordo de líderes, mas não posso me comprometer, e não vou fazer isso nunca, de não se dar parecer no plenário, até porque o Colégio de Líderes é soberano. À Presidência compete determinar a Ordem do Dia. Contudo, o que vai ou não ser votado é deliberado pelo Colégio de Líderes.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Só, então, para eu terminar a minha solicitação, até porque tenho que ser bem clara, e sou clara em todos os meus posicionamentos. O nosso pedido era que o projeto tramitasse em todas as comissões, para que eu não entrasse com mandado de segurança parlamentar. Esse foi o acordo. Então, eu estou livre do acordo, da minha parte. Só isso, para eu deixar claro para todo mundo, para V.Exa., inclusive para o Deputado Raad Massouh.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu quero deixar claro para V.Exa., para os Deputados, para a imprensa e para o pessoal da galeria: eu não fiz acordo com ninguém. Eu estou deixando muito claro aqui que vou conduzir com muita isenção e transparência. Então, se V.Exa. fez acordo com os Líderes, tem que decidir com quem fez acordo, qual vai ser o procedimento. Eu vou conduzir a Casa de acordo com o Regimento Interno. Por isso, não faço acordo em função de votações, para que depois eu não fique numa situação em que não dê para eu conduzir com isenção.

Então, desse acordo eu não participei. Vou conduzir de maneira tranquila, consultando o Colégio de Líderes. No momento oportuno, se tiver que vir ao plenário, eu vou fazer com muita tranquilidade, de acordo com a minha consciência. Ok, Deputada?

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para deixar bem claro, até porque eu ainda não tenho opinião formada. Não é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

porque eu vou votar contra ou a favor. É porque acordo é acordo e precisava ser cumprido. É só isso, entendeu? É porque há vários Parlamentares que, quando a galeria está cheia, pedem o uso da palavra para agradar, mas se esquecem dos acordos que foram firmados.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok, Deputada. Eu concordo com V.Exa. Entendi, só que estou deixando claro que não participei do acordo. Eu não faço discurso para plateia. Então, estou muito tranquilo para ter isenção na condução dos trabalhos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação ao Projeto de Lei nº 559, a única conversa que o Colégio de Líderes teve foi no sentido de que nós apreciaríamos no plenário tão logo a matéria fosse tratada nas comissões. Inclusive na Comissão de Constituição e Justiça, que é a comissão de mérito que deve opinar sobre a matéria, trazendo, portanto, mais tranquilidade ao Plenário para apreciar o assunto. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: eu gostaria de pedir a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2011, e do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2011. Eu havia encaminhado um ofício no dia 3 de novembro, mas tenho a informação de que a assessoria de V.Exa. não teria recepcionado o referido ofício. Portanto, peço a V.Exa. a inclusão dos dois projetos de decreto legislativo de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Wasny de Roure, e peço à Assessoria de Plenário que faça a inclusão, também, dos referidos projetos de decreto legislativo.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Lembro que estamos nos Comunicados de Líderes, se o Vice-Líder quiser falar, tem de colocar junto à Mesa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se já tivermos *quorum*, pois me parece que há muita matéria para votarmos, e os Líderes puderem aquiescer com a necessidade da votação, eu gostaria que V.Exa fizesse essa sugestão. Se eles assim aquiescerem, peço a V.Exa. que passemos direto à votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Sim, Deputado Chico Leite.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

A Deputada Celina Leão vai falar no lugar da Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, boa tarde.

Eu queria primeiramente saudar os enfermeiros que se encontram na Casa, trazendo a justa reivindicação. Eu tenho acompanhado a mobilização de vocês. Eu não conheço nenhuma vitória sem luta. Continuem na luta. Contem comigo. Nós temos coragem para brigar junto com vocês, até porque a causa é muito justa e muito nobre. Eu quero saudar todos vocês que estão pedindo a equiparação de salários, como aconteceu com os aumentos a outras categorias da saúde.

Eu queria saudar também a carreira de auditor, que se encontra na Casa nesta tarde, na luta pelo projeto de vocês. Eu quero deixar bem claro que não somos nem contra, nem a favor. Estamos pedindo que o projeto tramite naturalmente na Casa, para que no final não venha nenhuma arguição de que não tenha tramitado. Isso é justo, é necessário.

Eu gostaria de chamar a mídia, principalmente a que está presente, e as autoridades a uma reflexão sobre a questão que o Deputado Chico Vigilante trouxe na terça-feira. O Deputado Chico Vigilante nos disse que tinha recebido em seu gabinete um vídeo de origem ainda indefinida, que trazia algumas informações. Após assistirmos aos dois vídeos, tanto os que tinham sido liberados pela mídia local, que é a *Rede Record*, quanto o vídeo que ele liberou, vimos que S.Exa. trouxe informações nesta tribuna que não estavam nem na mídia nem no vídeo. São informações privilegiadas que só alguém que estivesse em contato direto com o Sr. Daniel Almeida teria como confirmar.

Sou muito clara quando o Deputado Chico Vigilante colocou aqui que o Sr. Daniel Almeida tinha comentado que, naquela ocasião, estaria presente o chefe de gabinete da Deputada Eliana Pedrosa, o que é uma verdade. Só que o Deputado Chico Vigilante se esqueceu de dar uma olhada nos vídeos, pois em nenhum dos dois vídeos há a citação do Sr. Daniel falando isso. O que deixa uma pergunta no ar: ou o Deputado Chico Vigilante esteve pessoalmente com Sr. Daniel Almeida, ou ele



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

conhece o intermediário que esteve pessoalmente com o Sr. Daniel Almeida, ou ele conhece alguém que esteve com o Sr. Daniel Almeida, porque nas duas mídias que diz terem chegado misteriosamente ao gabinete do Deputado Chico Vigilante, não se fala em presença do chefe de gabinete da Deputada Eliana Pedrosa.

Eu quero lembrar a todos vocês da mídia. Há uma frase bíblica que diz: “A verdade vos libertará”. A verdade é uma só; ela não é duas, ela não é três. E nas falas do Deputado Chico Vigilante, S.Exa. diz assim: “Eu nunca estive com ele, eu não sei quem é ele.”. Ou S.Exa. esteve com um intermediário que esteve com Daniel Tavares e conta detalhes, ou esteve com o próprio Daniel. E é uma pergunta grave, porque até o momento a mídia tinha chegado, mas como o Deputado Chico Vigilante poderia saber que o Bruno Bonetti, chefe de gabinete da Deputada Eliana Pedrosa, estava lá, sendo que em nenhuma das duas mídias isso era falado? São informações confidenciais do próprio Daniel Almeida. O que nos leva a crer que há uma mudança de comportamento. Intermediários, interlocutores dessa possível mudança de comportamento não passam pela Oposição.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Celina Leão, queria acrescentar umas questões à fala de V.Exa. O Sr. Daniel de Almeida Alves Tavares foi nomeado para exercer um cargo em comissão, símbolo DFA 10, de Assessor de Gerência de Orçamento, Acompanhamento e Controle, e Diretor de Obras da Administração Regional de Brasília, da Coordenadoria das Cidades da Secretaria de Estado do Governo do Distrito Federal. No dia 20 de julho, esse tal lobista, o Sr. Daniel Tavares, que faz todas essas denúncias, essas supostas denúncias, e que era representante da União Química, chantageia o Sr. Governador Agnelo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Quero lembrar aos Parlamentares que haverá apenas um minuto de tolerância por parte da Mesa. Hoje serei rigoroso com o tempo.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, serei rápida.

Esse imbróglio todo, o que quero dizer é o seguinte: o fato é que estão dizendo que o Sr. Governador Agnelo não pode ser denunciado, não pode perder o mandato, porque isso aconteceu quando S.Exa. era Ministro e Diretor da Anvisa. Agora, o que é curioso – eu gostaria que todos os jornalistas ficassem atentos a isso –, depois ele foi mandado embora. E uma outra denúncia de outra revista, de um jornalista aqui de Brasília, é que a servidora Marília Coelho Cunha foi nomeada para esse mesmo cargo. Está no Diário Oficial do dia 18 de agosto de 2011. E a Sra. Geralda Godinho, que possui ligações com a Fetracom, entidade beneficiada por um dos convênios do Ministério do Esporte, é Administradora do Riacho Fundo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Então, o que se conclui, o Sr. João Dias também. Há o Sr. Manoel Tavares, que foi diretor da Codeplan e recentemente ocupava um cargo de destaque no BRB Seguros.

Veja bem...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência vai conceder mais um minuto para a conclusão da fala nos Comunicados de Líderes, independentemente de aparte.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Obrigada, Sr. Presidente.

O que se diz hoje sobre a questão do *impeachment* é que ele não pode haver porque tudo aconteceu no governo passado. Essas pessoas estão empregadas no Governo do Sr. Agnelo. S.Exa. está bancando, está dando um salário para calar a boca dessas pessoas.

Era o que eu queria acrescentar às suas palavras.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço o aparte da Deputada Liliane RORIZ.

Para concluir minha fala, só tenho duas preocupações. Não existe uma terceira hipótese, e eu desafio qualquer um de que exista uma terceira hipótese. Ou o Daniel está sob cárcere privado para mudar um depoimento daquele; ou ele foi comprado. Comprado! Eu desafio que haja uma terceira hipótese, porque, da forma como aconteceu, com as ligações...

O Líder do PT vir aqui sabendo de informações que ninguém da mídia sabia, ou ele é o interlocutor, ou ele conhece o interlocutor que foi lá comprar o depoimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Continuando os Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da minha fala, eu queria fazer uma questão de ordem a V.Exa.

Nós temos um grupo de enfermeiras e enfermeiros que estão aqui na Casa, e a Presidenta do Sindicato, a companheira Fátima, está com uma comissão lá fora. Eu peço a V.Exa. que autorize a entrada da Fátima juntamente com as enfermeiras e enfermeiros que estão com ela lá fora. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Solicito à Polícia Legislativa que faça a condução da comissão para ocupar os espaços disponíveis na galeria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, dito isso, vou voltar ao assunto da questão do pedido de *impeachment* do Governador Agnelo Queiroz. Pedido de *impeachment* que certamente irá para o lixo, porque não tem nenhuma base legal. E ainda estão duplicando, Deputado Wasny de Roure, aliás, é assustador como as pessoas duplicam o mesmo ente em vários nomes, para dar um acúmulo de cinco nomes, a fim de aparecer na mídia dizendo que há cinco pedidos de *impeachment*. Aí pegam Raimundo Ribeiro, o assessor do Raimundo Ribeiro, o Fraga pede duas vezes. Isso é molecagem! Isso não é sério! Isso não tem nada a ver com seriedade!

Agora, o Sr. Raimundo Ribeiro, ao invés de ficar pedindo *impeachment* do Governador Agnelo Queiroz, Deputado Wasny de Roure, deveria explicar as maracutaias e as falcatrúas que ele fez na Associação dos Funcionários do MEC. O Sr. Fraga deveria vir explicar porque a polícia fez busca e apreensão e prendeu metade do pessoal do transporte quando da gestão dele.

Portanto, Brasília está de saco cheio desse tipo de coisa. É por isso que a sociedade não embarcou nessa. É por isso que a sociedade confia efetivamente em Agnelo Queiroz. É por isso que Agnelo tem 19 Deputados aqui na sua base de sustentação. E ontem, para quem duvidava de alguma coisa, viu o sucesso que foi a festa de aniversário de Agnelo Queiroz, quando cada um de nós compareceu lá pagando R\$ 50,00 (cinquenta reais) para poder jantar e dar um abraço em Agnelo.

Esta é a realidade: tem apoio! Tem sustentação! E não vai cair porque a sociedade de Brasília está madura. Tem apoio da Direção Nacional do PT. Tem a solidariedade e apoio do Governo Federal. E as instituições estão funcionando plenamente, o resto é conversa fiada.

E aí vem a Deputada, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que pegou um depoimento clandestino, porque não era reunião, e vem dizer como é que eu adquiri dados reservados da presença de um sujeito lá na audiência. Se era audiência pública da comissão, como é que tem dados reservados? Estão querendo fazer quem de bobo aqui?

Portanto, estamos absolutamente tranquilos, serenos e com a certeza do sucesso do Governador Agnelo Queiroz. E hoje o *Correio Braziliense* já traz matérias explicando como é que se deu essa trama sórdida, da tentativa de incriminar Agnelo Queiroz.

Eu quero, Deputado Patrício...

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não vou conceder aparte a ninguém, não! Não pedi aparte a V.Exa. e não vou conceder também, não!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Eu quero usar este minuto que me resta, Deputado Patrício, para parabenizar o Ministério Público do Distrito Federal e o Tribunal de Justiça. Eu sempre disse que havia um cartel estabelecido no Distrito Federal: dos combustíveis.

E para quem duvidava, hoje, o Tribunal de Justiça, o *Correio Braziliense*, Deputado Chico Leite, traz uma matéria fantástica, colocando, Deputado Patrício, a limitação do lucro dos postos de gasolina. O Tribunal, Deputado Olair Francisco, disse o desembargador que tem cartel, concedeu o pedido do Ministério Público a limitar em 15,87, e o próprio desembargador disse que é por isso que o preço aqui não está mais alto, do jeito que eles queriam.

Portanto, eu fico feliz, satisfeito, alegre com a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Foi feita justiça! Foi feita justiça com a população do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continuando nos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria inicialmente de saudar os enfermeiros, os servidores que estão acompanhando a luta pelo resgate da incorporação da GAE, que eles já vêm fazendo, e que estão discutindo a reivindicação de incorporação dessa demanda no Orçamento. Eu creio inclusive que para os enfermeiros foi muito importante ter aqui há pouco a presença do Sr. Secretário de Administração, que pôde assistir à mobilização dessa categoria na luta pela isonomia do tratamento. Isso é que é importante.

Nos próximos dias, nós receberemos a reivindicação dos servidores auxiliares da educação, que também terão o processo gradativo de incorporação da sua gratificação, uma luta que a Deputada Rejane Pitanga ombreou com essa categoria. Eu tenho certeza de que nós seremos vitoriosos nessa luta, colegas enfermeiros aqui da rede pública do Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu assumi a tribuna para retomar esse debate que pretende impor à população do Distrito Federal uma agenda, um entendimento de que Brasília vive um quadro de instabilidade. O que me salta aos olhos, Deputado Dr. Charles, é que um Procurador do Ministério Público, hoje Senador da República pelo Estado de Goiás, Senador Demóstenes, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que ao seu nível, como integrante do Congresso Nacional, e outros que aqui estiveram, Deputada Rejane Pitanga, não tiveram iniciativas de averiguar as contas dessas próprias instituições, de apurar, de fazer o devido rastreamento. Mas, sim, vieram aqui num ato, num gesto político, para impor à cidade de Brasília um problema sobre o qual já caberia a eles fazer, como representantes no plano federal, na Casa dos Senadores, um processo investigativo, aquilo que o STJ, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da República estão fazendo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Portanto, não se vendo útil na Casa Congressual, em particular no Senado, esses Senadores chegam aqui para dizer o que os Deputados Distritais devem fazer para levar esta Casa, com uma declaração anterior que um deles fez, a um estado de constrangimento na mídia, dizendo que esta Casa está rendida aos interesses de Agnelo Queiroz. Sr. Presidente, nós não podemos tolerar esse tipo de qualificação de alguém que está em Brasília, mas não vive a realidade de Brasília.

Eu não teria nenhuma dificuldade de receber uma ligação, um telefonema ou uma visita cobrando uma atitude de um homem vinculado aos interesses da Nação e aos interesses de Brasília. Esse tipo de conduta é essencialmente política, para trazer instabilidade à cidade, trazer inquietação à cidade e trazer a política do futrico como a política que deve prevalecer.

Eu não tenho dúvida de que o papel da oposição é de rastrear. O papel da oposição é de indagar, é de fazer as convocações. Nós tivemos ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, um debate, e fui eu quem falou para a Deputada Liliane Roriz e para os demais colegas integrantes da Comissão presentes no debate que o art. 65 não permitia a essa comissão fazer o que S.Exa. pretendia fazer. Como também eu disse que, mais do que isso, S.Exa. infringia o art. 62 com o que pretendia.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos ao debate, mas um debate qualificado, um debate que respeite o processo legislativo desta Casa, um debate que respeite as instâncias desta Casa. Eu tenho receio, Sr. Presidente, caras e caros colegas Deputados, de que esta Casa passe a tratar a coisa pública, os problemas de interesse da sociedade, no submundo da política. Eu creio, sim, que o debate é transparente, é republicano e que as prerrogativas constitucionais, regimentais e dadas pela Lei Orgânica do Distrito Federal devem ser observadas, para que as ações parlamentares não caiam na ilegitimidade e não deem guarida ao submundo da política, porque ele é vigoroso, é presente no dia a dia de Brasília, ele está em todos os momentos atuando. Inclusive esta é uma Casa privilegiada para esse tipo de matéria.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou absolutamente aberto ao debate, mas ao debate político, ao debate transparente.

DEPUTADO DR. CHARLES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Wasny de Roure, eu deixei para fazer esse aparte já no final, porque antecede um pouco o que V.Exa. está abordando agora. Falarei sobre a questão dos meus colegas enfermeiros.

Eu estou perplexo com essa questão que vem, vem, vem, porque se os médicos conseguiram a GAM, por que esses colegas, que têm a mesma formação, não têm o direito à GAE? Eles têm direito à GAE. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Eu tive oportunidade de falar com o Secretário de Saúde sobre essa questão de vocês e vou enfatizar cada vez mais, até que nós todos, Governo do Distrito Federal e Parlamentares, resolvamos a situação de vocês. (Palmas.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Agradeço o aparte do Deputado Dr. Charles. Parabéns, Deputado, V.Exa. é um profissional da área de saúde e nesse momento deve manifestar a sua solidariedade.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, vou ler aqui, no Regimento Interno, o art. 56: “Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe: (...) III – convocar Secretários de Governo, dirigentes e servidores da administração direta e indireta do Distrito Federal a prestar pessoalmente informações sobre assuntos previamente determinados, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, nos termos da legislação pertinente”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Seria possível V.Exa. ler o art. 62, Deputada?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Minha assessoria vai pegar.

Eu disse ontem que, se fosse o caso, já que a Comissão de Assuntos Sociais, da qual sou Presidente, não tem competência para isso, e se esse era o grande motivo pelo qual os Srs. Secretários de Estado Paulo Tadeu e Rafael Barbosa, bem com o soldado militar João Dias, não tinham vindo — porque a minha Comissão não teria competência —, a minha colega, Deputada Celina Leão, protocolaria um requerimento para fazer essa convocação na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

Se esse é o ponto, eu acho que não tenho dificuldade nenhuma.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não é apenas esse, foi um dos argumentos a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – O fato é que eu acho que qualquer coisa que se tem a dizer sobre área social na cidade, e essa é uma questão social, uma vez que a família dele representa uma entidade não governamental, que é a Cata-ventos, interessa, sim, à cidade. É uma questão social. E também a situação dos hospitais — as pessoas estão morrendo — é uma questão social.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sem dúvida. Mas não era esse o assunto do requerimento de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Não era, mas já que há essas supostas denúncias, eu acho que seria uma grande chance de esses Secretários virem aqui e afirmarem que essas denúncias são vazias. Mas se a questão, vou repetir, que V.Exa. afirmou, era não ser da minha competência...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Um dos argumentos.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Um dos argumentos foi esse, que não era da minha competência.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Um deles.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Está aqui no Regimento Interno, quando fala das atribuições.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu vou limitar o tempo.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Está bem. Então, sugiro que a minha colega faça isso. V.Exa. não precisa se preocupar com esse fato. Se eles vierem, melhor será para Brasília, porque são quase 70% da população do Distrito Federal que querem que o Agnelo saia. Essa é a questão, o ponto. Muito obrigada.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputada, V.Exa. já fez seu aparte.

Sr. Presidente, esse tipo de coisa se dá pelos absurdos. Tentam impor às cabeças das pessoas os absurdos e conclusões. Exatamente pegando a conclusão de V.Exa., isso demonstra que V.Exa. não tinha interesse de fazer inquirições sociais sobre interesse da própria população, o seu interesse é essencialmente político de um Secretário, Rafael, que à época esteve integrado na equipe do Ministério do Esporte. Quis-se fazer inquirições a ele sobre as suas prestações de conta, e aí se mostra de fato a contradição e a real intenção do seu requerimento.

Eu já falei que não há nenhuma dificuldade para que o debate se processe, até porque fui eu, na sua Comissão, quem disse que a matéria era da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e não da Comissão de Assuntos Sociais. No entanto, respeitei e, mais do que isso, falei que era uma pena que no Congresso Nacional a Deputada Jaqueline Roriz, que conhece muito bem esta Casa, porque por aqui passou e hoje é Deputada Federal, poderia, sim, ter apresentado uma proposta de CPI.

Agora, dizer da Cata-ventos, Deputada, é como diz o meu amigo Cafu: “É pular o corguinho muito rapidamente.” O que Paulo Tadeu tem a ver com a Cata-ventos? V.Exa. terá a oportunidade de falar durante o seu expediente, Deputada.

É por demais traduzir uma insinuação de um homem que teve um respaldo nesta instituição, que enfrentou a Caixa de Pandora como ninguém fez. Enfrentou, desmascarou, mostrou o famoso relatório da Codeplan, com o qual o Ministério Público entrou com representações judiciais no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e é muito bom que nós conheçamos isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

É uma pena, Sr. Presidente, que esta Casa ainda não adentrou as apreciações das prestações de conta 2008, 2009 e 2010, porque há muitas verdades a serem conhecidas pelos Srs. Deputados. Aí, sim, Deputada, entrar nesse campo para imputar uma pessoa que tem um mandado — não só um, pois ele está no quarto — como segundo Deputado mais votado dessa cidade para tentar sujar, incriminar o nome de uma pessoa, porque hoje exerce uma função relevante no Governo do Distrito Federal, não acho isso ético nem recomendável numa vida pública dentro de um país republicano.

Sim, se queremos prezar as nossas relações internas entre Parlamentares, é bom que entendamos que cada passo político que damos repercute não apenas no dia de hoje, mas também no de amanhã. É por isso que defendo um homem que passou por esta Casa inatacável e apontou para ações concretas que desmascararam e revelaram muita gente envolvida em irregularidades. Claro que ele é vítima de muitos desafios que foram atingidos pelo seu relatório na CPI da Codeplan. Por isso defendo, sim, os homens e as mulheres de integridade. Independentemente de ser do meu partido, os defenderei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Estão encerrados no Pequeno Expediente os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria dizer que o Cafu pulou um corguinho, e eu que sou boba, mas não estou babando. O irmão dele é dono da Cata-ventos, pelo que eu saiba. Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Saúdo V.Exa., Sr. Presidente, Mesa, colegas, imprensa, galeria. Enfermeiros, a causa é superjusta. Temos de estar envolvidos com ela o tempo todo, podem ter certeza disso. O pessoal do Projeto de lei nº 559 terá a oportunidade de ver a tramitação do projeto por todas as comissões, para depois chegar ao plenário. Tenham certeza disso. A Câmara Legislativa não vai se furtar da discussão. (Palmas.)

Eu trago um tema da maior relevância, que é um tema da educação. Eu pediria ao Líder de Governo, Deputado Wasny de Roure, ao Deputado Chico Vigilante, como Líder do PT, e à Deputada Rejane Pitanga, principalmente, ajuda, porque podem ajudar muito no que está acontecendo hoje. Os diretores de escola



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

receberam um telefonema para que enviassem por *e-mail* o nome dos supervisores pedagógicos e supervisores administrativos para que eles fossem exonerados. Não houve nenhuma formalização. Eles estão tentando, na verdade, pegar o diretor que às vezes não sabe interpretar a lei, para que eles o façam, na medida em que a lei em vigor hoje diz que as indicações dos supervisores pedagógicos e dos supervisores administrativos são do diretor. A justificativa que está sendo dada é que vai sair uma reestruturação da Secretaria de Educação na segunda-feira e que será feita por decreto. Obviamente, se os diretores mandam, isso fica validado, embora ainda contrariando a lei.

Aí eu faço um apelo, uma coisa do bom senso. Talvez, quem fez o estudo da estruturação quis fazê-lo agora, neste momento, até para mostrar trabalho, mas temos de entender que estamos no mês de novembro. Está findando o ano letivo e estamos tirando as pernas dos diretores e vice-diretores. Se você pega uma escola com seiscentos, mil, dois mil alunos, como apenas um diretor e um vice-diretor darão conta de fazer todas as anotações administrativas e as avaliações pedagógicas?

Eu estou falando como uma cidadã. Não estou falando nem como Deputada neste momento. Eu gostaria que a bancada hoje governista me ouvisse. Sou uma cidadã cujos três filhos estudaram em escola pública até o ensino fundamental. Eu estudei em uma escola pública. Isso me parece trazer uma instabilidade muito grande por causa de 45 dias. Com todas as divergências que possamos ter aqui, com todas as posições ideológicas, existem coisas como educação, segurança e saúde, que minimamente devem ser guiadas pelo bom senso.

Estou fazendo esse apelo como cidadã. Hoje não estou falando como Deputada, até para não pensarem que existe uma conotação ideológica, uma disputa aqui. Não! É porque existe uma lei em vigor. Contudo, o que muito mais se sobrepõe à lei é a instabilidade que hoje está sendo criada nas escolas num período sensível, que é o final do ano.

No meu momento de fala parlamentar, estou fazendo esse apelo, para buscarmos solução — já que por ser de Oposição, não vou conseguir esse diálogo. Que vocês busquem isso! “Ah, vai-se fazer um reforma”. Será que essa reforma não pode ser daqui a 45 dias? Estou fazendo este apelo neste momento como cidadã. Dependendo dos desdobramentos de depois, vou me posicionar como Deputada, mas neste momento a minha cidadania fala mais alto que minha posição ideológica.

Por fim, depois de fazer esse apelo, inclusive ao Secretário de Educação, eu gostaria de dizer que a minha história é uma só. A outra história começa comigo dando dinheiro, e hoje já está no meu irmão. Não sabemos onde vai parar. A minha família é muito grande.

Muito obrigada.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no dia de amanhã, vencerão as inscrições dos feirantes junto à Secretaria da Fazenda. Por isso, eu peço a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 630, de 2011, já previamente acordado com os Deputados, no sentido de podermos equacionar esse problema e trazer tranquilidade a essa categoria, para que ela possa trabalhar, sobretudo nesse final de ano, e trazer o pão para sua família.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a questão de ordem de V.Exa. Lembro aos Parlamentares que esse projeto não teve a tramitação concluída, não tem parecer das comissões, mas fizemos um acordo aqui ontem com os Parlamentares presentes – havia dezessete Parlamentares no plenário, e os Líderes estavam presentes – para trazê-lo hoje ao plenário, votarmos e os pareceres serem dados na tribuna em plenário.

Então, acato a questão de ordem de V.Exa. Solicito à Assessoria de Plenário que inclua o projeto na Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galeria, nossos enfermeiros, sempre digo que enfermeiro é o anjo da guarda que zela cuidadosamente nos hospitais com carinho em todos os momentos. Eles merecem todo nosso apoio contra a injustiça que está sendo cometida contra eles. Aos demais companheiros, digo que, no momento certo, estaremos aqui apreciando.

Sr. Presidente, subo à tribuna para dizer o seguinte: a primeira vez que vim a Brasília foi no mês de junho de 1957. Chegando aqui, olhei a cidade, que estava ainda nos primórdios. Os tratores estavam abrindo algumas estradas, e a Cidade Livre era ainda incipiente. Então, retornei. Eu estava morando em São Paulo e, em julho de 1958, cheguei aqui com minha esposa e meu filho mais velho.

Nesse período todo, no início, trabalhei como motorista puxando areia do Ribeirão Santa Maria para a obra da Granja do Torto. Brasília, eu vi crescer. O Lago Sul era um cerradão. A Asa Norte e a região de Taguatinga ainda estavam em fase de construção. Nesses cinquenta e poucos anos que aqui resido, eu não ouvi falar que havia índios em Brasília. Nunca vi uma aldeia de índio em Brasília ou onde eles pudessem estar localizados no território do Distrito Federal. Às vezes, víamos num jornal, numa revista uma fotografia da situação.

Ultimamente, verifiquei que há uma aldeia no Noroeste, que foi loteado para se fazer o novo bairro de Brasília. Eles estão ali, e os estudantes estão dando total apoio para que eles ali permaneçam. Ora, gente, será que a Funai não sabe da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

história, não vê o levantamento, não sabe qual é a etnia desses índios, não sabe onde estão as suas ocas, as suas casas de palha, que sempre ocupam? Agora, no meio da cidade...

Estou dizendo isso pelo seguinte: verifiquei que estão reservando quatro mil hectares, ou seja, quarenta mil metros quadrados. Ora, quarenta mil metros quadrados é muito pequeno. Acho que o índio merece todo o respeito dos brasileiros. Eles são os verdadeiros brasileiros, são os donos da terra, porque nasceram aqui há milhares de anos. Eles têm a sua cultura, a sua formação. Índio gosta de mato. Os índios sempre gostam de mato porque ali eles residem, ali eles caçam, pescam, têm canoas e caiaques para se locomoverem. Acho que a Funai deveria arrumar uma área bem grande, talvez de uns quinhentos ou mil hectares de terra lá no Amazonas, no Acre, no Pará ou, quem sabe, em Rondônia e transferir esses índios para um local mais apropriado, onde possam desenvolver a sua cultura e viver como os índios sempre viveram. Agora, viverem aqui no centro de Brasília, de dois a três anos para cá? Porque não estavam aqui no começo. Não sei qual a razão disso.

Os estudantes estão dando apoio a eles, como deram também apoio à invasão à USP, querendo que a Polícia de São Paulo saísse da USP, que estava ali corrigindo, combatendo o vício das drogas. Eles querem que saiam e ficam invadindo, tomando conta, tomando espaço. Não é assim que nós podemos construir um Brasil mais sério. As coisas têm que ser com mais seriedade ao respeito e ao trabalho. Todos nós devemos respeitar a cultura indígena, mas, pelo amor de Deus, dizer que tinha aldeia de índio em Brasília, isso nunca existiu. Falo com conhecimento de causa. Não sei por que algumas pessoas estão lá dando apoio, querendo transformar todo um setor já programado, com suas instalações de rua, de esgoto sanitário e de águas pluviais em andamento, em terra indígena aqui ao lado da Asa Norte.

Lembro-me da invasão do Ceub. A invasão do Ceub era uma verdadeira favela, enorme, que entrava naquela região onde está o Noroeste hoje. Depois, no Governo do Roriz, aquela invasão foi transferida para Samambaia. Não tinha índio para ser transferido para lado nenhum.

Então, temos que chegar e acabar com essas brincadeiras. A democracia é muito boa, mas merece respeito e dignidade de todos nós. Respeitemos os direitos deles, mas também não os usem dessa maneira. Eu vi as danças dos índios lá. Tem um que não sabe nem dançar direito, porque está treinando ainda, não está acostumado com o ritmo daqueles índios que ali estão.

Essa é minha palavra. Acho que o Governo tem que agir com seriedade no trato das coisas públicas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Benedito Domingos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Vou ser muito breve, Sr. Presidente, nobres colegas, imprensa.

A Feira do Livro, que acontece em Brasília há trinta anos, não vai receber o convênio que vem recebendo há anos por causa de uma decisão da Procuradoria, uma decisão apoiada em um parecer absurdo, um parecer que eu não consigo compreender, que não consegue enxergar legitimidade na Confederação dos Livreiros de Brasília, que realiza a feira há trinta anos, que capta recursos há trinta anos para fazer a feira.

Então, eu fico muito decepcionado com órgãos que, por alguns motivos que não são de interesse público, tentam impedir que eventos tão importantes aconteçam em nossa cidade, uma cidade que precisa de mais leitura, precisa de cultura, precisa de gente informada. A Feira do Livro é importantíssima. Esse parecer sumário, esse parecer desrespeitoso, eu diria, simplesmente nega a esse evento tão tradicional o direito de ter o apoio do Governo do Distrito Federal.

Então, eu só queria fazer esse desabafo. São trinta anos de Feira do Livro. É um evento respeitado. Eu queria que o Secretário de Educação tivesse se empenhado um pouco mais. S.Exa. se empenhou pouco, ajudou pouco. O Secretário de Cultura também. O Secretário de Turismo, eu conversei com S.Exa. agora. Enfim, é muito difícil. Hoje me deixou muito triste saber que, com todos esses autores internacionais — são vinte autores internacionais com passagens emitidas, com o apoio das embaixadas —, um evento tradicionalíssimo da nossa cidade agora está enfrentando isso.

Eu gostaria de fazer justiça. Quando eu levei esse problema ao Governador já era um pouco tarde. O Governador se empenhou para resolvê-lo, mas infelizmente, com esse parecer da Procuradoria, não podemos ter a participação do Estado nesse evento. O parecer deles diz que “não estão esclarecidos os contornos do contingenciamento dos recursos, porque o processo não demonstra a legitimidade da confederação para organizar o evento e captar recursos” — quer dizer, depois de trinta anos — “porque não existe pertinência entre o objeto do convênio Feira do Livro e as metas e atribuições da Secretaria de Turismo”. Eu não sei o que há de pertinência, então. Eu não consigo entender.

Com isso aqui eles acham que somos absolutamente idiotas, eles falam grego e querem que a gente entenda isso aqui. Eu já passei isso aqui para quatro advogados especializados no tema. “A condução meramente burocrática do processo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

não evidenciou imprescindível análise técnico-financeira do plano de aplicação dos recursos.” Mais documentos do que os que foram enviados, não haveria como. Então, é o descaso com a cultura que a gente vê sempre no Distrito Federal.

É um evento que é realizado há trinta anos e, com esses argumentos, agora não haverá recursos. Eu não consigo entender. Foi só um desabafo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Prof. Israel, obrigado.

Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, galeria, companheiros trabalhadores da Saúde, da Fazenda e os demais aqui presentes.

Eu queria rapidamente falar um pouco em cima da questão levantada pela Deputada Eliana Pedrosa, que colocou aqui uma preocupação que é procedente. É procedente, e eu e o Deputado Chico Vigilante já estamos fazendo as gestões necessárias, até porque não interessa a ninguém a instabilidade, e isso tem que valer para todas as áreas, Deputada, não só para a educação, inclusive para o Distrito Federal como um todo. Fazemos um compromisso de trabalhar nesse sentido e eu acho que V.Exa. tem toda a razão no que foi levantado.

O Secretário de Educação é professor, conhece a realidade da escola e é uma pessoa sensível e aberta ao diálogo. Por outro lado, eu queria dizer que, se existe uma secretaria que precisa de reforma, é a Secretaria da Educação. É uma coisa completamente anacrônica, uma máquina completamente ineficiente e que não atende, com certeza. Ela foi aparelhada ao longo dos trinta anos. É aparelhada literalmente e é a cara do descaso e da ausência do Estado numa área tão fundamental como a educação.

Eu acho que as minhas companheiras e companheiros enfermeiros que estão aqui sabem muito bem do que estou falando, porque a saúde também sofre do mesmo mal. E a gente sabe a importância e a função social que têm a educação e a saúde, e a contribuição que podem dar em qualquer questão de desenvolvimento, principalmente em um lugar como o Distrito Federal. Portanto, essa reforma na Secretaria da Educação é urgente e tem que ser feita.

Nós temos que pensar, inclusive, na questão da contratação dos concursados em cima da otimização dos recursos humanos que nós temos na educação. Só entre as secretarias e regionais de ensino existem mais de dois mil professores que estão fora das salas de aula. Então, nós queremos e precisamos fortalecer a escola pública, valorizar os profissionais da educação e da saúde, os profissionais em geral, mas é preciso efetivamente ter uma proposta de reestruturação que venha dinamizar a secretaria, que venha modernizar a Secretaria de Educação e que essas atitudes venham fortalecer a escola pública e beneficiar a população do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Eu, como V.Exa., estudei na escola pública, estudei na universidade pública. Sabemos da qualidade que tinha a escola pública em outros tempos e da qualidade que veio perdendo, não pela falta de competência e compromisso dos profissionais de educação, mas pela ausência absoluta de investimento do Estado. Portanto, Deputada, trabalharemos nesse sentido.

Sei que as ações que estão sendo tomadas pela secretaria são no sentido de reverter um quadro caótico e de se trabalhar para iniciar o ano letivo com tranquilidade, fortalecendo uma escola que é competente, que atende a população, mas que precisa de um olhar, antes de tudo, de modernização, e que precisa pegar os recursos humanos e investir de uma forma muito mais qualificada do que investe hoje.

Obrigada.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Na entrada da Câmara Legislativa estão os meninos que representam os concurseiros e que se encontram barrados. Eu pediria a V.Exa., que está na Presidência, que autorizasse a segurança da Câmara a permitir a entrada deles em número que não possa levar à instabilidade, mas que eles possam se sentir representados aqui acompanhando a sessão da Câmara.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação, lembrando que o Projeto de Lei nº 559 não será apreciado hoje porque não houve acordo de Líderes. Então, não vejo por que eles fiquem lá fora. Eu gostaria de pedir à Polícia Legislativa que pudesse encaminhar a representação dos concurseiros para que possam assistir aqui à sessão e à votação que vai ocorrer. E, reiterando, o Projeto de Lei nº 559 não entrará em pauta.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria que fôssemos direto ao voto, porque o plenário está realmente esvaziando. Não vai haver *quorum* se houver votação. Nós precisamos votar, estou esperando por isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – É exatamente isso que vamos fazer agora, Deputado. É exatamente isso.

Ainda há algum Parlamentar que queira fazer uso da palavra?

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Primeiro, eu gostaria de reiterar e cumprimentar novamente todos os que estão na galeria, de agradecer o pedido que fizemos ao Deputado Patrício sobre não ter acordo com nenhum Líder na votação do Projeto de Lei nº 559, até porque é um pedido. Nós estivemos em um acordo com o Deputado Rôney Nemer, porque iríamos entrar com um mandado de segurança parlamentar para que realmente o projeto não fosse encaminhado. E naquele momento tivemos um acordo para que o projeto passasse por todas as comissões. Então, para que não entrássemos com o mandado de segurança parlamentar, que é prerrogativa de qualquer Parlamentar, isso foi acatado. Realmente reiteramos que o processo ande em todas as comissões.

Eu queria aproveitar a oportunidade e também fazer um registro em cima da fala da Deputada Eliana Pedrosa. E aqui eu não falo como cidadã, não, eu falo como Deputada mesmo, porque eu acho que é importante nos posicionarmos como Parlamentar nesse momento que é grave, que é sério, sobre a questão da exoneração dos assistentes de educação.

Nós temos uma sentença da Justiça, que saiu às folhas 363/399, que fala que os dispositivos da lei distrital deverão ser desconsiderados, retornando aos respectivos cargos os diretores, os vice-diretores e as equipes diretivas. O descumprimento dessa decisão judicial, exonerando no final do ano assistentes da carreira de educação ou qualquer pessoa que faça parte dessa carreira, na minha visão seria uma manobra meramente política, porque não é momento de mudar equipe diretiva de escola nenhuma. O momento agora é de fazer com que um novo projeto seja votado nesta Casa, onde são realizadas audiências públicas para discutir, como vem sendo feito.

Esse é o registro que faço em torno desse projeto. Faço aqui um apelo ao Secretário de Educação. Nós sabemos que um dos desgastes por que passou a ex-Secretária de Educação se deve também a essa falta de visão sobre a questão jurídica da Secretaria. Erros consecutivos, um atrás do outro, foram acontecendo. Fazemos aqui um pedido para que realmente isso seja observado, pois há decisão judicial e nós vamos recorrer, se ela não for cumprida como foi estabelecida.

Quero fazer também um outro registro. Na minha fala nos Comunicados de Líderes, fiz várias perguntas ao Líder do Governo, que, durante a sua fala, não soube me responder. Então, ficam as perguntas que não foram respondidas. Acho que houve uma total falta de democracia, uma falta de educação, já que pedi aparte a um colega de plenário e ele não me concedeu. Isso é extremamente grosseiro, até por ser uma mulher. Acho que cabe aqui o respeito entre Parlamentares, a diferença ideológica. Eu jamais deixarei de conceder um aparte a qualquer Parlamentar, independentemente de ele me deixar em uma saia justa ou fazer uma pergunta. Isso é extremamente grosseiro. Não faz parte da questão democrática. Este pleito aqui é um pleito político. Realmente é uma falta de respeito, uma falta de educação. E eu acredito que foi até desnecessária a grosseria, a forma com que fui tratada, até



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

mesmo por ser mulher. É desnecessária a forma como vem sendo tratada a Oposição. Eu quero deixar isso registrado também.

E para terminar, Deputado Joe Valle, eu quero deixar registrada a minha indignação. Eu peço ao Governador do Distrito Federal que pare de falar em facção criminosa. Todas as vezes que S.Exa. dá respostas à mídia, fala em uma facção criminosa. Ou o Governador dá nome a essa facção criminosa, ou para de falar em facção criminosa. Eu não respondo a nenhum processo na Justiça por nada, eu não sou investigada pelo Ministério Público Federal. Então, é essa a resposta a uma Oposição natural, que está fazendo o seu trabalho de fiscalização, como o fez o PT tão bem aqui na Câmara Legislativa.

Sr. Presidente, eu sei que nesta galeria estão trabalhadores, homens e mulheres que, independentemente do partido de cada um, abominam a corrupção e querem que os Parlamentares fiscalizem. (Palmas.) Vocês, que cumprem 8h seguidas de trabalho, querem que haja fiscalização. Quando fiscalizamos, não fiscalizamos o governo ou fiscalizamos para prejudicar o governo. Esse é o nosso papel, até porque o recurso que escoia dos cofres da corrupção sai do bolso de vocês.

Quando estamos aqui fazendo as defesas e pedindo a fiscalização, é para que realmente ela aconteça de forma coerente, sem perseguição. Deixo aqui esses registros.

Agradeço a V.Exa., Presidente, e a todos que estão na galeria. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu gostaria de pedir aos Deputados que se encaminhem ao plenário, pois temos uma matéria importante a ser votada. Iniciaremos o processo de votação.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, em minha questão de ordem, quero parabenizá-lo por ter autorizado a entrada dos concursandos do concurso para auditor fiscal. (Palmas.)

Esta Casa precisa seguir o rito legislativo. Nós sabemos da necessidade de modernização de toda a administração pública do Distrito Federal, não só do Fisco, mas também sabemos da absoluta necessidade de o Estado cumprir o seu compromisso com o cidadão. E é um compromisso firmado pelo Estado realizar o concurso público para o qual mais de dez mil pessoas se inscreveram. Então, o Estado precisa resolver essa questão. Só depois disso poderemos avançar.

E não podemos abrir mão de que sobretudo o cidadão seja respeitado, ainda mais um cidadão que vive com o apagão do Estado, geralmente o pobre do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

concurando. Eu tenho visto o sofrimento que esses meninos têm passado aqui nesta Casa, inclusive com todos os absurdos que presenciei ontem aqui.

Parabéns a V.Exa., Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme V.Exa. também já fez, eu renovo aqui o apelo aos Deputados que ainda estão nos gabinetes, que estão no cafezinho, ou onde quer que seja, para que se dirijam imediatamente ao plenário porque precisamos, é fundamental, votar no dia de hoje esse projeto sobre a inscrição dos feirantes na Receita do Distrito Federal, através da Secretaria de Fazenda. Se nós não fizermos isso, amanhã todos eles estarão na ilegalidade. Eles simplesmente não vão poder, Deputado Wasny de Roure, reabastecer seus estoques para o final de ano. Portanto, vai ser um caos na vida deles.

Eu creio que é papel da Câmara Legislativa fazer com que as coisas não fiquem assim. Portanto, eu até peço a V.Exa. que, completado o *quorum*, coloquemos esse projeto em apreciação e façamos uma inversão de pauta para que ele seja o primeiro item.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Esta Presidência acata a questão de ordem de V.Exa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Consulto os líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens nºs 1 a 19 – vetos – da Ordem do Dia e votarmos as proposições constantes da pauta, bem como os itens extrapauta.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o entendimento que tive com os colegas Deputados foi no sentido de que esse seria o único item da Ordem do Dia, porque alguns Deputados têm compromissos. Normalmente, quinta-feira não é dia de votação na Casa, e todos estão aqui apreensivos. Eu pediria a compreensão dos Deputados.

Eu tenho, inclusive, um pedido de item extrapauta. Mas peço que nos limitemos apenas a esse projeto de lei, que, como disse o Deputado Chico Vigilante, é da maior importância para o segmento. Os demais projetos votaremos na próxima quarta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente. Eu entendo e gostaria apenas de fazer esse apelo aos nossos companheiros Deputados. Têm



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

ficado muitos projetos de Deputados para serem votados que são tão importantes quanto os projetos do Executivo. Então, eu faço o apelo aos Deputados para que na quarta-feira nós possamos começar a votação pelos projetos de Deputados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma ponderação ao Líder Deputado Wasny de Roure e a V.Exa. Seria possível, no caso dos requerimentos, existem alguns em que há certa premência. Se nós pudéssemos aproveitar...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Gostaria de consultar se há acordo para acatarmos a questão de ordem do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, peço que votemos primeiramente o PL nº 630 e depois os demais requerimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Certo.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 630, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.611, de 9 de agosto de 2011, e dá outras providências”.

A proposição não tem pareceres aprovados nas comissões. A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 630, de 2011, que “altera a Lei nº 4.611, de 9 de agosto de 2011, e dá outras providências”.

O Regimento Interno desta Casa determina, no seu artigo 69-B, alínea *b*, que à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Meio Ambiente e Turismo compete analisar e emitir parecer sobre o mérito de política de incentivo às microempresas.

O projeto de lei em análise propõe alterações na Lei Distrital nº 4.611, de 2011, que representam um incentivo à atividade econômica desenvolvida por microempresas, empresas de pequeno porte e por microempreendedores individuais. A remissão automática ao artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, por exemplo, dispensa a edição de novas leis, no Distrito Federal, com atualizações dos valores de teto da receita bruta auferida anualmente pelos empresários, de forma a enquadrá-los como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual. Além disso, a extensão do prazo de vigência do Simples Candango até 31 de dezembro de 2011 visa evitar prejuízos que a extinção abrupta do Simples Candango possa ocasionar ao empresariado local.

Em vista disso, votamos, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, pela aprovação do Projeto de Lei nº 630, de 2011.

É o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	27



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº /2011

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
sobre o PROJETO DE LEI Nº 630/2011, que
"altera a Lei nº 4.611, de 09 de agosto de
2011, e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo
Relator: Deputado

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei 630/2011, em seu art. 1º, altera o art. 2º da Lei 4.611, de 9 de agosto de 2011, determinando-se que o dispositivo passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

I – entidades preferenciais: microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos do que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas atualizações.

O art. 2º do PL em análise promove a repristinação do art. 2º da Lei 4.595, de 14 de julho de 2011, anteriormente revogado pelo art. 46 da Lei 4.611/2011. O art. 3º desse PL contém a cláusula de vigência. No art. 4º, há a cláusula de revogação geral e a determinação expressa de revogação dos incisos II, III e IV do art. 2º e do art. 46 da Lei 4.611/2011.

Como justificção, apresenta-se a Exposição de Motivos nº 03/2011 da Secretaria de Estado da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Argumenta-se que o presente PL visa a adequar a Lei Distrital 4.611/2011 a outras normas legais, de forma a agilizar o processo de aplicação de seus termos, além de corrigir distorção relacionada à revogação de outra



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

norma que guarda benefícios e vantagens aos empresários de microempresas e empresas de pequeno porte e empreendedores individuais no Distrito Federal. Em vista disso, propõe-se a remissão automática ao que prescreve o art. 3º da Lei Complementar Federal 123/2006, quanto a atualizações dos valores do teto de receita bruta auferida anualmente pelas microempresas, empresas de pequeno porte e pelos microempreendedores individuais.

Informa-se, ainda, que a revogação do art. 46 da Lei Distrital 4.611/2011 e a repristinação do art. 2º da Lei Distrital 4.595/2011 visa estender até 31 de dezembro de 2011 o prazo de vigência do Simples Candango (Lei nº 2.510/99).

II - VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno desta Casa determina, em seu art. 69-B, b, que à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, compete analisar e emitir parecer sobre o mérito de política de incentivo às microempresas.

O PL em análise propõe alterações na Lei Distrital 4.611/2011 que representam incentivo à atividade econômica desenvolvida por microempresas, empresas de pequeno porte e por microempreendedores individuais. A remissão automática ao art. 3º da Lei Complementar Federal 123, por exemplo, dispensa a edição de novas leis, no Distrito Federal, com atualizações dos valores de teto de receita bruta auferida anualmente pelos empresários, de forma a enquadrá-los como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual. Além disso, a extensão do prazo de vigência do Simples Candango até 31 de dezembro de 2011 visa a evitar prejuízos que a extinção abrupta do Simples Candango possa ocasionar ao empresariado local.

Em vista disso, votamos, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, pela aprovação do Projeto de Lei 630/2011, na forma do parecer do Relator aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, com as emendas apresentadas no âmbito daquele parecer.

Sala das Comissões,

Deputado Rôney Nemer
Presidente


Deputado
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 630, de 2011, que “altera a Lei nº 4.611, de 9 de agosto de 2011, e dá outras providências.”

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos favoráveis ao projeto, bem como à Emenda Aditiva nº 1, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa. Porém, acolho na forma de uma subemenda, nos seguintes termos: adite-se o §1º ao art. 2º do Projeto de Lei em epígrafe, renumerando-se os demais, na forma como se segue. Art. 2º, inciso I, § 1º: “As alterações provenientes do atendimento ao inciso anterior serão objeto de apreciação pela Câmara Legislativa.”

Portanto, é na forma de uma subemenda, acolhendo tão somente a adição do §1º. Também acolho a Emenda Aditiva de Relator nº 1, a Emenda Modificativa nº 2 e a Emenda Modificativa nº 3.

Perdoe-me, Sr. Presidente. Permita-me rever. É a Emenda Aditiva nº 2. Esclarecendo, Sr. Presidente, acolhi a Emenda Aditiva nº 1, na forma de uma subemenda; a Emenda Aditiva nº 2, do Relator; a Emenda Modificativa nº 1 e a Emenda Modificativa nº 2, bem como Emenda de Redação.

Este, portanto, é o nosso parecer com as referidas emendas:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	30



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE**

PARECER Nº /2011

Da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS (CEOF), sobre o PROJETO DE LEI nº 630 de 2011 que "ALTERA A LEI Nº 4.611, DE 09 DE AGOSTO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Wasny de Roure

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF, Projeto de Lei nº 630/11 que ALTERA A LEI Nº 4.611, DE 09 DE AGOSTO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O artigo 1º trata sobre as entidades preferenciais sujeitas ao regime especial previsto na Lei 4.611/11, quais sejam: microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos do que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas atualizações.

O artigo 2º objetiva reprimir a cláusula de revogação da Lei nº 4.595/11.

A proposta justifica-se para adequação da Lei Distrital nº 4.611/11 à norma federal, de modo a otimizar a compatibilização entre as legislações.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 64, II, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito das matérias de natureza tributária e que impactem as finanças pública do DF.

A alteração proposta pelo referido Projeto de Lei tem por escopo adequar os conceitos previstos na Lei nº 4.611/11 aos mesmos limites utilizados no âmbito da legislação federal.

Foram apresentadas emendas de Relator a pedido da Secretaria de Estado de Fazenda, de modo a adequar a Lei Distrital nº 4.611/11 à legislação federal, objetivando otimizar a compatibilização entre as legislações. As emendas encontram-se adequadas quanto aos ditames previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14, Lei Complementar nº 101/00), uma vez que a previsão de frustração de arrecadação em relação à alteração de alíquota de IPTU para microempreendedor individual (MEI) ou microempresa (ME) está devidamente abatida na elaboração da previsão de arrecadação do imposto para os próximos exercícios, conforme indicada na proposta de lei orçamentária para 2012 (PL nº 552/11).



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Face os argumentos expostos, somos pela **admissibilidade** e **aprovação** do Projeto de Lei nº. 630/2011, de autoria do Poder Executivo, com as emendas apresentadas no âmbito desse parecer.

Deputado AGACIEL MAIA
Presidente

Deputado WASNY DE ROURE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

EMENDA ADITIVA Nº 012

AO PROJETO DE LEI nº 630 de 2011 que
"ALTERA A LEI Nº 4.611, DE 09 DE
AGOSTO DE 2011, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS"

Adite-se ao Projeto de Lei em epígrafe o seguinte art. 2º, renumerando os demais:

Art. 2º A Lei nº 4.611, de 9 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – fica acrescido ao artigo 1º, o parágrafo a seguir:

" Art. 1º

.....

§3º O disposto nesta Lei não se aplica ao Regime Especial Unificado de Arrecadação previsto no parágrafo único do artigo 146 da Constituição Federal de 1988 e instituído no Capítulo IV da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006" (AC)

II – o artigo 15 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. Ao imóvel edificado que seja utilizado como residência e, simultaneamente, para a atividade econômica desenvolvida pelo microempreendedor individual (MEI) ou por microempresa (ME) optantes pelo Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplica-se, sem prejuízo do disposto na legislação do imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, a alíquota de 0,30% (trinta centésimos por cento) para o cálculo do IPTU.

Parágrafo único. Para fins de aplicação da alíquota a que se refere o caput, a área utilizada para o desenvolvimento da atividade econômica desenvolvida pelo MEI ou pela ME deverá constar no cadastro do imóvel perante a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal em 31 de dezembro do exercício anterior ao do lançamento do imposto." (NR)

III – o artigo 2º da Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011 passa a ter a seguinte redação:

" Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 30 de abril de 2012.

IV – o artigo 46 da Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011, passa a ter a seguinte redação:

Art. 46. Revogam-se as disposições em contrário.

V – Inclua-se o seguinte artigo 3º ao Projeto de Lei em epígrafe, renumerando-se os demais:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	33



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE**

Art. 3º O artigo 15 da Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011, com a redação dada por esta Lei, entra em vigor a partir de 01 de fevereiro de 2012.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva adequar a legislação distrital às normas federais.

Deputado Wasny de Roure
Líder de Governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	34



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE**

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01

AO PROJETO DE LEI nº 630 de 2011 que
"ALTERA A LEI Nº 4.611, DE 09 DE
AGOSTO DE 2011, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS"

Altere-se o art. 2º do Projeto de Lei em epígrafe, passando a ter a seguinte redação:

Art. 2º Fica repristinada a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011.

Parágrafo único. Os efeitos da repristinação previstos no *caput* retroagem a 09 de agosto de 2011.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva adequar os prazos de revogação das legislações afetas.

Deputado Wasny de Roure
Líder de Governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	35



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE**

EMENDA MODIFICATIVA Nº 02

**AO PROJETO DE LEI nº 630 de 2011 que
"ALTERA A LEI Nº 4.611, DE 09 DE
AGOSTO DE 2011, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS"**

Altere-se o art. 4º do Projeto de Lei em epígrafe, passando a ter a seguinte redação:

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os incisos II, III e IV do art. 2º da Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva adequar os prazos de revogação das legislações afetas.


Deputado Wasny de Roure
Líder de Governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE**

EMENDA DE REDAÇÃO

**AO PROJETO DE LEI nº 630 de 2011 que
"ALTERA A LEI Nº 4.611, DE 09 DE
AGOSTO DE 2011, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS"**

Altere-se a ementa do Projeto de Lei em epígrafe passando a ter a seguinte redação: ALTERA A LEI Nº 4.595, DE 14 DE JULHO DE 2011, E A LEI Nº 4.611, DE 09 DE AGOSTO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JUSTIFICAÇÃO

Ajustar ementa do Projeto de Lei.


Deputado Wasny de Roure
Líder de Governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	37



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

EMENDA ADITIVA Nº 1

(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

(m) Subemenda

Ao Projeto de Lei nº 630/2011, que
“Altera a Lei nº 4.611, de 09 de
agosto de 2011, e dá outras
providências”.

O art. 1º do Projeto de Lei em epígrafe, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

Art. 2º

I -

§1º. As alterações provenientes do atendimento ao inciso I serão objeto de apreciação pela Câmara Legislativa.

§2º

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo assegurar à Câmara Legislativa e ao Distrito Federal a autonomia para definir a abrangência dos limites de tributação pertinentes a realidade de Brasília. Nem sempre os limites estabelecidos no âmbito federal serão adequados à realidade do DF assim, eventuais alterações dos limites de enquadramento deverão ser ratificados por esta Casa Legislativa.

Sala das Sessões,

(Assinatura)

Deputada ELIANA PEDROSA





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de tirar uma dúvida, porque também apresentei uma emenda. (Pausa.)

Não, Sr. Presidente, está tudo aqui. Não tenho dúvidas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está sanada a dúvida, Deputada?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Tudo ok. Sanada a dúvida.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, a emenda é de autoria de V.Exa. Eu apenas a acolhi na forma de uma subemenda, que se restringe ao § 1º.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Deputado Wasny de Roure, agradeço a V.Exa., mas não tenho nenhuma preocupação com isso. A minha preocupação era simplesmente com o texto.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 630, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.611, de 9 de agosto de 2011, e dá outras providências”, é favorável às emendas apresentadas pelo Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uma observação, para não haver dúvidas. Há a Emenda Aditiva nº 1, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que foi acolhida na forma de uma subemenda. As demais são emendas de relatores.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Foi o que a relatoria aqui entendeu, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos tratar do Projeto de Lei nº 630, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.611, de 9 de agosto de 2011, e dá outras providências”, da lavra do Poder Executivo.

Vejam o que faz o projeto. Ele altera o art. 2º da lei a que me referi, determinando que o dispositivo passe a vigorar com a seguinte redação:

“I – entidades preferenciais: microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos de que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e suas atualizações”.

Na realidade, o que se deseja aqui, Sr. Presidente, é exclusivamente, pelo que noto, ampliar a ação desses geradores de emprego e renda. A iniciativa é do Poder Executivo. Não se trata dessas matérias que precisam vir por instrumento especial, como lei complementar, e ela se enquadra dentro do sistema jurídico, segundo as normas. Tanto, que modifica uma lei, também de iniciativa do Poder Executivo, que transitou nesta Casa e assim foi aprovada e sancionada. De maneira que posso assegurar a V.Exa., como manifestação, que o projeto é admissível.

A admissibilidade do projeto dá-se com as emendas apresentadas à CEOF e que foram acatadas pela CAS.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2011	16h	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o PL nº 630, de 2011, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

A Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação do Projeto de Lei nº 630, de 2011, em segundo turno, e demais itens da Ordem do Dia, bem como itens extrapauta.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h31min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 210 – Suplemento, de 22/11/2011.